

## O PLANEJAMENTO BIORREGIONAL COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO AMBIENTAL NO MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU – NORTE DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

MARTINS, Geraldo Inácio<sup>2</sup>

Recebido (*Received*): 16/05/2017 Aceito (*Accepted*): 07/12/2017

### Resumo

Com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, em 2000, os Mosaicos de Áreas Protegidas tornaram-se um novo mecanismo de ordenamento, planejamento e gestão das áreas de proteção ambiental. Subjaz aos mosaicos o intuito de conservar aspectos significativos da biodiversidade brasileira, mas também construir estratégias participativas para fomentar o desenvolvimento de base conservacionista e gestão integrada. A partir da regulamentação jurídica surgiram diversos mosaicos, entre eles o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu-MSVP, situado na região Norte do Estado de Minas Gerais, o objeto de análise neste artigo, cujo objetivo é analisar as principais características do planejamento biorregional no MSVP, bem como os eixos de desenvolvimento e as estratégias para aliar a conservação e o desenvolvimento de base conservacionista. Para construção deste artigo, baseamo-nos principalmente no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – Plano DTBC do MSVP. A intenção foi esclarecer as diretrizes, as ações propostas e desvelar os pressupostos subjacentes às estratégias de planejamento biorregional. Documentos auxiliares foram utilizados, como, por exemplo, o Protocolo de Avaliação de efetividade dos Mosaicos elaborado pela WWF e o Relatório de Cumprimento Parcial do Objeto – RCO, elaborado pela Fundação Pró-Natureza – Funatura.

**Palavras-chave:** Unidades Conservação. Planejamento. Desenvolvimento de base conservacionista.

## LA PLANIFICACIÓN BIORREGIONAL COMO ESTRATEGIA DE GESTIÓN AMBIENTAL EN EL MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU - NORTE DE MINAS GERAIS

### Resumen

Con la promulgación del Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza - SNUC, en 2000, los Mosaicos de Áreas Protegidas se convirtieron en un nuevo mecanismo de ordenación, planificación y gestión de las áreas de protección ambiental. Subyace a la reglamentación de los mosaicos el propósito de conservar aspectos significativos de la biodiversidad brasileña, pero también construir estrategias participativas para fomentar el desarrollo de base conservacionista y la gestión integrada. A partir de la reglamentación jurídica surgieron diversos mosaicos, entre ellos el Mosaico Sertão Veredas Peruaçu-MSVP, situado en la región Norte del Estado de Minas Gerais, objeto de análisis en este artículo, cuyo objetivo es analizar las principales características de la planificación biorregional en el MSVP, así como los ejes de desarrollo y las estrategias para aliar la conservación y el desarrollo de base conservacionista. Para la construcción de este texto, nos basamos principalmente en el Plan de Desarrollo Territorial de Base Conservacionista del Mosaico Sertão Veredas Peruaçu - Plan DTBC del MSVP. La intención fue aclarar las directrices, las acciones propuestas y revelar los supuestos subyacentes a las estrategias de planificación biorregional. Fueron utilizados documentos complementarios, como, por ejemplo, el Protocolo de Evaluación de la efectividad de los Mosaicos elaborado por WWF y el Informe de Cumplimiento Parcial del Objeto - RCO, elaborado por la Fundación Pro-Naturaleza - Funatura.

**Palabras clave:** Áreas protegidas. Planificación. Desarrollo de base conservacionista.

## BIORREGIONAL PLANNING AS AN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT STRATEGY IN MOSAIC SERTÃO VEREDAS PERUAÇU – NORTHERN OF MINAS GERAIS

<sup>1</sup> Este texto sintetiza parte dos resultados dos trabalhos de campo realizados durante o processo de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia e professor adjunto, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. E-mail: geraldo.martins@penedo.ufal.br

**Abstract**

The promulgation of the National System of Nature Conservation Units (SNUC) in 2000, the Mosaics of Protected Areas became a new mechanism for planning and management of environmental protection areas. The purpose of mosaics is the intention to conserve significant aspects of Brazilian biodiversity and to build participatory strategies to foment development of conservationist base and integrated management. Several mosaics have emerged from the legal regulation, among them the Mosaic Sertão Veredas Peruaçu-MSVP, situated in the Northern region of the State of Minas Gerais, the object of analysis in this paper, whose objective is to analyze the main characteristics of the bioregional planning in the MSVP, such as the axes of development and the strategies to combine conservation and conservationist base of development. This text is constructed mainly based on the Territorial Development Plans of Conservationist Base – DTBC the MSVP. The intention was to clarify the guidelines, the proposed actions and unveil the assumptions underlying the bioregional planning strategies. Ancillary documents were used, such as the Protocol for the Evaluation of Effectiveness of Mosaics prepared by the WWF and the Report on the Partial Compliance of the Object - RCO, elaborated by the Fundacion Pró-Natureza - Funatura.

**Keywords:** Procted Areas. Planning. Conservationist base development.

**1. Introdução**

Em 2005, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA lançaram um edital a fim de reconhecer e financiar Mosaicos de Áreas Protegidas. O Edital impunha, como condição básica para participar do processo, a elaboração de um documento técnico de planejamento. Trata-se do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – Plano DTBC que, em linhas gerais, é um instrumento de gestão e desenvolvimento dos mosaicos.

Subjaz aos Planos DTBC uma visão ecossistêmica sobre a conservação da natureza, isto é, a visão de que a conservação não é apenas um processo técnico ou biológico, mas também político, social e cultural. Além disso, pressupõe que os instrumentos de conservação devem abarcar diferentes escalas, integrar as comunidades locais, atividades produtivas, etc. Em outras palavras, a conservação deve integrar projetos de desenvolvimento mais amplos, direcionando estes para os princípios da sustentabilidade e do uso equilibrado dos recursos.

Os Planos DTBC são também instrumentos de planejamento biorregional. Mas, o que é planejamento biorregional? Em que medida os Planos DTBC absorvem e desenvolvem as bases deste modelo de planejamento? A partir do exemplo empírico do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – MSVP e do seu Plano DTBC, este texto tem como objetivo analisar as principais características do planejamento biorregional no MSVP, bem como os eixos de desenvolvimento e as estratégias para aliar a conservação e o desenvolvimento de base conservacionista.

Para construção deste texto, baseamo-nos principalmente no Plano DTBC do MSVP. A intenção foi desvelar as diretrizes, as ações propostas e desvelar os pressupostos subjacentes às estratégias de planejamento biorregional. Documentos auxiliares foram utilizados, como o Protocolo de Avaliação de Efetividade dos Mosaicos elaborado pela WWF e o Relatório de

Cumprimento Parcial do Objeto – RCO, elaborado pela Fundação Pró-Natureza – Funatura. De modo geral, este texto é resultado de pesquisas de campo realizado na região do MSVP desde 2009, com participação no Encontro dos Povos do Grande Sertão e nas reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico.

## 2. Antecedentes históricos e os Mosaicos de Áreas Protegidas

Embora a proposta de reconhecimento dos mosaicos seja da primeira década de 2000, a compreensão da necessidade de expandir os instrumentos da conservação para além das UCs, é um processo histórico mais longo. A ideia da gestão integrada dos espaços de conservação e de “desenvolvimento sustentável” delineou-se entre as décadas de 1960 e 1970. O programa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Homem e Biosfera (Men and biosphesre) – MaB, que deu origem as Reservas da Biosfera, tinha como princípio o zoneamento e a gestão integrada (CEDILLO, 2013). O Programa MaB nasceu em Paris, da conferência da Biosfera em 1968, e tornou-se uma proposta efetiva a partir 1972, como um programa de cooperação voltado para as questões da interação entre o homem e o meio ambiente, com o intuito de categorizar as áreas protegidas mundiais, e compor uma rede cooperativa voltada à conservação do patrimônio natural, cultural e de promoção do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental (BONNIN; VELUT, 2008).

Desde a sua criação como estratégia mundial de promoção e incentivo a conservação, o MaB tem como mote principal atribuir a porções representativas dos diversos ecossistemas, o Cerrado, por exemplo, o título de Reserva da Biosfera - RB. Conforme Marie Bonnin e Sébastien Velut (2008), as RBs são “um modelo de ordenamento territorial adequado para conciliar a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos recursos biológicos”. Para tal objetivo “deve-se fundamentar investigações nas ciências naturais e sociais no território das reservas e sobre sua integração ao contexto geográfico”. Isto exige um plano de gestão que leve em consideração a conservação e o “ordenamento do território rural” (BONNIN; VELUT, 2008, p. 3).

A primeira iniciativa de superar o caráter estrito das UCs brasileiras surgiu na década de 1990 com os Núcleos Regionais de Unidades de Conservação - NURUC. Gilberto Lamoglia Gonçalves (2000) argumenta que desde 1994 o IBAMA começou a criar mecanismos para recuperar as UCs com ações de recuperação física e com a formação do quadro funcional. Aliado a este contexto de renovação, surgiram os NURUCs cuja característica básica é ser um instrumento mais flexível e com capacidade de adequar às

exigências conjunturais. Conforme o autor “os NURUCs são as instâncias regionais do sistema de gerenciamento das UCs federais e são responsáveis pela melhor operacionalização de um grupo de UCs (...)” e sua criação baseou-se “nos métodos modernos do desenvolvimento organizacional participativo” (GONÇALVES, 2000, 45).

Esta experiência de êxito serviu de base para a embrionária ideia de Mosaicos de Áreas Protegidas, que ganhou referência com a promulgação da Lei do SNUC em 2000. Apesar da experiência de êxito com os NRUCS, a ideia de gestão integrada e, sobretudo, o desafio de fazer isso de forma participativa são elementos muito recentes na política ambiental brasileira. É no intuito de romper estas limitações práticas da política ambiental de gestão integrada que surgiu no início da década de 2000 a cooperação franco-brasileira para o fortalecimento e reconhecimento dos mosaicos.

A cooperação franco-brasileira teve início em 2001, e teve entre os seus objetivos a cooperação técnica, cujo objetivo foi o de criar mecanismos para o fortalecimento da gestão integrada e participativa dos mosaicos brasileiros. Além disso, a cooperação buscava criar as bases para o desenvolvimento territorial de base sustentável. Conforme a entrevista de Iara Vasco Ferreira, publicada no Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas - BCBFAP, os peritos franceses ao conhecerem o SNUC e as experiências de gestão integrada no âmbito dos NURUCs, sobretudo, o de Santa Catarina, manifestaram interesse em trabalhar com os mosaicos “por considerarem que essas unidades espaciais (os mosaicos) seriam o terreno ideal para o desenvolvimento de instrumentos de gestão e desenvolvimento sustentável em territórios mais amplos que as próprias UCs” (BCBFAP, 2010, p. 4).

O resultado desta cooperação foi publicado no livro “Mosaico de Áreas Protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira” em 2010, escrito por Caroline Jeane Delelis et al. (2010). Segundo a autora, o avanço das políticas ambientais e internacionais, bem como, a busca de formas integradoras para gestão das UCs brasileiras aprofundaram as relações de cooperação entre os dois países. O diálogo deu-se com base na experiência francesa dos Parques Naturais Regionais – PNRs e a proposta de reconhecimento e institucionalização de mosaicos no Brasil.

A cooperação envolveu visitas técnicas de treinamento e a partilha de experiências, sobretudo, observando a experiência francesa na gestão democrática e participativa dos PNRs. Do lado brasileiro, a parceria foi contraída pelo MMA por meio da Secretaria da Biodiversidade e Florestas, e o lado francês foi representado pelo Ministério dos Assuntos Exteriores e Europeus. Além disso, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da

Universidade de Brasília e a Delegação da Ação Exterior das Coletividades Territoriais foram fundamentais na construção da parceria e assistência técnica do projeto.

É preciso notar que o foco da parceria franco-brasileira tinha três escopos principais. O primeiro deles refere-se à experiência dos conselhos que dão sustentação aos PNRs, no qual participam todos os interessados na conservação da natureza-sindicatos, associações, ONGs, cooperativas, etc. Este princípio deu origem ao eixo de cooperação “governança, mobilização social e formação dos conselhos”. Ainda com relação à experiência entre conservação e desenvolvimento territorial dos PNRs franceses, surgiu o segundo eixo de cooperação: “desenvolvimento territorial e criação de uma identidade territorial com bases nos recursos naturais, produtos, serviços e valorização das tradições locais”. Estes dois primeiros eixos foram complementados pelo eixo “articulação de competências e de políticas de gestão” (DALELIS at. al., 2010, p. 51). Estes eixos buscavam acoplar a experiência francesa em ordenamento territorial e gestão de áreas protegidas à embrionária ideia de reconhecimento de Mosaico de Áreas Protegidas no Brasil.

A experiência de cooperação franco-brasileira se materializou no Edital do FNMA 01/2005 (edital que selecionou os mosaicos brasileiros para serem financiados pelo FNMA), no qual fica em evidência o conceito de governança territorial. A governança territorial é tratada no âmbito dos mosaicos como um conjunto de relações que “envolve a organização de modelos de gestão que integrem as distintas redes socioterritoriais”, envolvendo também, em graus distintos, o “planejamento territorial baseado na conservação da biodiversidade”, no reconhecimento e valorização dos fatores socioculturais e no desenvolvimento sustentável (DALELIS at. al., 2010, p. 53).

Nesse sentido, a proposta de governança, presente no Edital do FNMA e também no termo de cooperação franco-brasileira, envolve processos em uma escala mais ampla do que a simples gestão integrada (SANTO, 2012). E como tal, surge à demanda de que a sociedade civil tenha papel ativo no reconhecimento dos mosaicos, quer seja para tomar as decisões pertinentes à conservação e quer seja para construir pactos e estruturar as linhas gerais de desenvolvimento (SARAIVA, 2008); (GOHN, 2011). É interessante notar que os mecanismos de participação surgem embrionariamente no SNUC, por meio dos Conselhos Gestores, mas é regulamentando e expandido pelo **Decreto nº. 4.340, de 22 de Agosto de 2002 e pelo PNAP de 2006**, revelando mais uma vez a influência marcante dos modelos de gestão dos PNRs franceses na política de reconhecimento dos mosaicos brasileiros.

Ampliando o escopo de análise, Dalelis et al. (2010) sublinha o fato de que os mosaicos surgem como instrumentos “de ordenamento territorial”, sobretudo, em áreas de

conflito entre as UCs de proteção integral e a população local. Ao analisar este quadro, Thiago Mota Cardoso et al. (2009) acredita que a proposta dos mosaicos pode “possibilitar a criação de espaços de gestão compartilhada e resolução de conflitos”, mas levando em consideração as questões da “sociobiodiversidade local” como “potenciais de desenvolvimento com enfoque nas identidades territoriais, com valorização dos patrimônios naturais e culturais (materiais e imateriais)” (CARDOSO et al., 2009, p. 3).

Os Mosaicos de Áreas Protegidas podem ser classificados como estratégia que se destina a conservar fragmentos da diversidade biológica brasileira, mas também como um modelo de planejamento e gestão da conservação. A figura dos mosaicos foi instituída normativamente no artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei n° 9.985/2000). Segundo o SNUC, a existência de um mosaico ocorre a partir de um conjunto de UCs próximas, justapostas ou sobrepostas. Estas devem ser integradas formando um conjunto territorialmente delimitado. O mosaico tem a finalidade de aperfeiçoar a gestão e as atividades nas UCs, facilitando o acesso para as pesquisas, fiscalização, monitoramento, alocação de recursos e, de certa forma, integrar e estreitar as relações com as populações abrangidas no intuito do manejo e conservação da biodiversidade. Enfim, o mosaico é a tentativa de elevar as UCs para além do caráter normativo, isto é, integrar a conservação ambiental às políticas de gestão, planejamento e desenvolvimento em toda a região sob sua influência.

Um das características mais relevantes dos mosaicos é o fato de destacar a importância das UCs, mas também das demais Áreas Protegidas. Nesse sentido, Terras Indígenas, Quilombolas, etc. também podem constituir a malha territorial dos mosaicos e integrar os desafios da gestão integrada e de construção de alternativas voltadas ao desenvolvimento e sustentabilidade (MACIEL, 2007). A primeira implicação desta característica é a afirmação de que a estratégia de conservação não se deve limitar aos limites formais das UCs, isto é, os espaços destinados à conservação não formam “ilhas” isoladas administrativa e ecologicamente; elas estão em processo de simbiose com as áreas, usos da natureza e práticas econômicas adjacentes. A esta primeira observação, pode-se acrescentar uma segunda: na estratégia dos Mosaicos a questão da escala das estratégias da conservação é importante (PINHEIRO, 2009).

Todavia, os mosaicos não se destinam somente as estratégias ecológicas da conservação ambiental. Eles são, simultaneamente, estratégias de planejamento e gestão da conservação, mas instrumentos a partir do qual se devem pensar as questões da sociodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Mas, de que modo a integração dos

aspectos sociocultural, ambiental e econômico perfazem a estratégia de reconhecimento dos mosaicos?

Conforme o Edital 01/2005 do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, destinado ao reconhecimento e financiamento dos mosaicos, toda proposta de reconhecimento deveria se pautar em um Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista – Plano DTBC. Este Edital é relevante tanto economicamente, pois ele disponibilizou R\$ 4 milhões a cada projeto aprovado, quanto na delimitação das estratégias de planejamento ao colocar o Plano DTBC como principal instrumento de gestão territorial (LIMA, 2008).

O objetivo central do Edital foi selecionar os projetos para o reconhecimento de mosaicos em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, bem como fortalecer aquelas diretrizes de gestão, manejo e conservação da natureza expressas no SNUC. Tal documento traz ainda as orientações básicas “para gestão” dos mosaicos e, sobretudo, orientações para a incorporação “da abordagem do conceito de DTBC”. Em outras palavras, “a abordagem do DTBC consiste em estabelecer formas de associação entre desenvolvimento e conservação, estabelecendo e fortalecendo cadeias produtivas e econômicas que têm, como base, os produtos e serviços gerados pelas atividades conservacionistas” (MMA/FNMA, 2005, p.5).

Um dos pilares principais da proposta do Plano DTBC é a gestão integrada. A gestão integrada tem como pressuposto ser o espaço dialógico da sociedade civil organizada em torno da conservação. Este processo requer uma participação ativa da comunidade no sentido de orientar e respaldar as decisões, desenvolvendo “a cultura do exercício da cidadania através da participação (...) e de controle social voltada à preservação e manutenção dessas áreas” (PEREIRA; LOUREIRO, 2014, p.1).

A ideia de participação, diálogo e distribuição de poder representada, sobretudo na figura dos Conselhos Consultivos dos mosaicos, é representativa da construção de estratégias que buscam “integração dos territórios” e dos sujeitos sociais envolvidos no processo (PEREIRA; LOUREIRO, 2014, p.1). A partir da ideia de gestão integrada, os Planos DTBC se estruturam em três eixos básicos: econômico (otimização dos recursos na gestão das UCS, mas também a viabilização de estratégias de uso da natureza que podem contribuir com o desenvolvimento de base conservacionista); ambiental (construção de estratégias para aumentar a eficiência e a eficácia das áreas protegidas e, bem como promover práticas econômicas que considerem a capacidade de resiliência dos ambientes e se pautem pela estratégia da sustentabilidade) e sociocultural (promover estratégias que viabilizem a

valorização das identidades, dos saberes, enfim, da memória biocultural das comunidades biorregionais).

De forma geral, podemos definir o Plano DTBC como um mecanismo de planejamento biorregional (pois considera a conservação da natureza e desenvolvimento como complementares) e, ao mesmo tempo, uma estratégia de gestão ambiental (pois determina os objetivos e, bem como, os meios para alcançá-los). É preciso conservar a natureza, mas é preciso aproveitar os bens e serviços advindos dela. Voltar estes bens e serviços para geração de renda e desenvolvimento para as comunidades locais é o principal objetivo deste modelo de planejamento. Este processo permite determinar os melhores locais para se conservar a natureza, expandindo a conservação para escalas maiores e efetivando a proteção e a conservação dos sistemas ecológicos, além de criar possibilidades para que a conservação se torne um mecanismo de mediação de políticas de desenvolvimento.

Além disso, podemos definir o Plano DTBC como uma estratégia de planejamento biorregional, pois (a) apresenta ações que buscam integrar conservação da natureza e desenvolvimento; (b) considera a base ecológica (a diversidade ecológica), cultural e histórica como complementares nas estratégias de conservação; (c) aposta no diálogo entre diferentes grupos e sujeitos sociais como essências na construção de pactos.

### **3. Planejamento biorregional e conservação da natureza**

Quando se coloca em análise a questão (ou a problemática) do planejamento, o primeiro ponto que emerge é aquele do devir; planejamento tem relação direta com um futuro, significa, portanto, um conjunto de ações forjadas no presente, cujo intuito é orientar as ações para um porvir desejado. Em outras palavras, planejamento quer dizer direcionar um conjunto de ações, aplicando os conhecimentos adquiridos sobre o que se quer planejar, analisando os elementos contraditórios e os empecilhos para a execução da ação desejada, enfim, trata-se de construir no presente as bases de um futuro desejável.

A este respeito, Souza (2013, p. 46) afirma que planejar “significa tentar prever a evolução de um fenômeno (...), tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas”. Em tempos coevos há certa desconfiança em relação ao termo e em relação as suas conseqüências. Isto se deve a associação que se estabelece com as práticas autoritárias imbuídas no planejamento (e, evidentemente, em sua crise), sobretudo no caso brasileiro a partir da década de 1980. Conforme Souza (2013), para alguns analistas, a palavra planejamento deveria ser banida do vocabulário técnico e científico, dado a sua carga ideológica.



Em contramão a este desejo de negação, a partir da década de 1990, surge uma gama variada de estratégias e teorias do planejamento, entre eles, aquelas do planejamento biorregional. Kelton Miller (1997) foi o teórico que expressou concretamente as orientações tanto para esta categoria de planejamento, quanto para a gestão biorregional. Este autor não busca uma macroteoria, mas tão somente busca pensar como as Áreas Protegidas (ou as Unidades de Conservação no Brasil) podem ser situadas em um contexto mais amplo do ponto de vista geográfico, do uso dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, etc. Em outras palavras, Miller (1997) busca situar aqueles espaços destinados à conservação da natureza como alternativas para se pensar estratégias de desenvolvimento aliadas à conservação e à gestão da natureza.

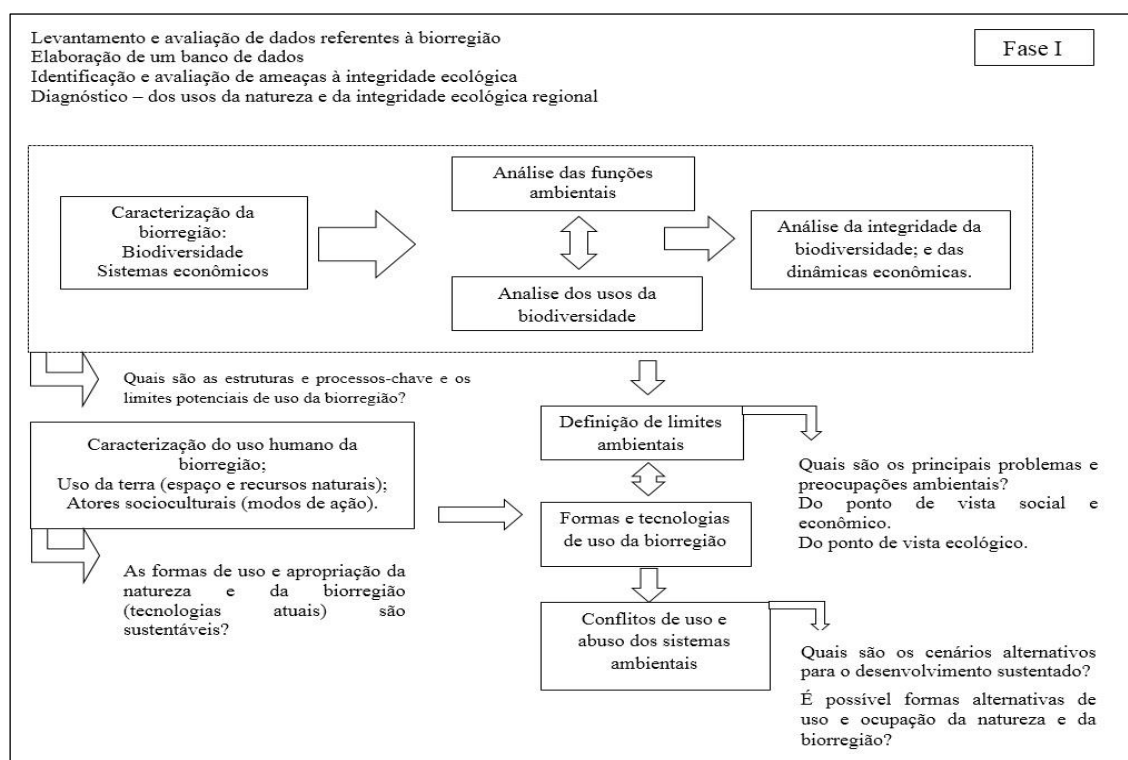
O planejamento biorregional “é um processo organizacional que capacita as pessoas a trabalharem juntas, a adquirir informações, a refletir cuidadosamente sobre o potencial e problemas de sua região” (MILLER, 1997, p. 19). A partir deste prognóstico inicial, os grupos interessados definem as atividades necessárias para atingi-lo, implementa projetos e ações acordados por meio de diálogos entre os múltiplos sujeitos envolvidos. De acordo com Tambellini (2007) o planejamento biorregional associa a base física (ou a base ecológica) sobre a qual os homens reproduzem o seu modo de vida, considerando a sua complexidade e dinamismo dos processos sociais e ecológicos, criando medidas para proteger, recuperar e sustentar a natureza e os modos de vidas a ela associados.

A conservação da natureza e de sua diversidade está subjacente à ideia de planejamento biorregional e, talvez, por isso, as Áreas Protegidas foram o objeto privilegiado. Na interpretação de Roberto P. Guimarães (2001), este modelo de planejamento requer também pensar em um projeto de desenvolvimento sustentável para a biorregião. Para isto, demanda-se tratar de forma conjunta a eficiência econômica, a equidade social e as liberdades políticas ligadas diretamente às políticas voltadas à conservação ambiental. Trata-se de um processo global que busca integrar os elementos ecológicos àqueles de ordem social e histórica. Isto é, trata-se de colocar em análise como as dimensões humanas e ecológicas se coadunam na biorregião e, sobretudo criar estratégias de sustentabilidade social e ecológica para esta relação complexa (TOLEDO, 2005).

Este olhar de Guimarães (2001) é singular, sobretudo por não considerar a biorregião apenas como aquele espaço acolhedor das ações de planejamento. Ao contrário, parte-se das condições ecológicas, sociais e econômicas, parte-se das determinações encontradas na biorregião para se pensar uma estratégia de planejamento. A este respeito, o autor destaca a necessidade de articular os fatores “materiais e não materiais”; os atores “individuais, corporativos e coletivos”; as instituições, “sistemas de normas e as organizações”; os

procedimentos de “gestão, administração e informação”; a cultura observando as questões ligadas à identidade e os “sistemas de valores”; a inserção externa da biorregião e a busca de garantia de “sobrevivência econômica da comunidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 39 [tradução livre]).

A proposta de Pires et al. (2004, p. 29), embora com algumas adaptações, sobretudo quando o autor trata teoricamente gestão e planejamento como sinônimos, é interessante para se pensar a prática do planejamento biorregional. A partir da figura 1, sintetizamos as ações requeridas para se construir um planejamento biorregional.



**FIGURA 1:** Planejamento biorregional: análise socioambiental. Fonte: Pires et al. (2004, p. 30). Adaptação Martins, G. I. 2015.

A partir da figura 1, observamos que o primeiro desafio deste modelo de planejamento é a análise das condições em que se encontra a biorregião, econômica e ecologicamente. Nesta proposta de análise das características biorregionais, Pires et al. (2004, p. 30) sugere a identificação daquelas atividades relacionadas à exploração, direta e indiretamente, dos recursos naturais, sobretudo focando os problemas e impactos gerados por esta exploração. O passo seguinte é focar o olhar sobre as comunidades locais, a forma como elas se apropriam do ambiente, bem como as percepções que estas forjam. A partir da “identificação dos grupos socioculturais e de suas influências individual e/ou coletiva sobre a biorregião”, a próxima etapa do trabalho de planejamento é a análise sistemática dos conflitos de uso dos sistemas ambientais e a busca por soluções destes conflitos.

Esta primeira fase do planejamento também deve se preocupar com as questões ecológicas, sobretudo na “verificação da existência de comunidades bióticas e populações de espécies nativas da biorregião” (PIRES at. al., 2004, p. 30). Neste primeiro momento, no qual ainda se discutem as propostas de planejamento, questões tais como recuperação das áreas degradadas e das funções ambientais, preservação de áreas de alta densidade de biodiversidade e as estratégias de manejo e conservação dos ciclos ecológicos da biorregião devem ser debatidas com todos os interessados. Além disso, devem colocar em análise aqueles sistemas de suporte à vida, considerando que estes sistemas incluem os “sistemas agrícolas em harmonia com sistemas naturais ecologicamente íntegros, ambos desenvolvendo processos ecológicos fundamentais para suportar todos os processos biológicos” (PIRES at. al.2004, p. 31).

O quadro delineado por Pires et al. (2004) centra-se, sobretudo, os sistemas ecológicos. As questões de cunho econômico, cultural e social ficam em segundo plano. Conforme discutimos nas linhas precedentes, o planejamento biorregional tem por característica básica pensar a biorregião em sua totalidade. Por isso, falta em seu esquema uma reflexão mais ligada às questões de natureza humana.

Compreendida a natureza da biorregião e os anseios, os problemas e alternativas, chega-se ao segundo momento do planejamento biorregional: a discussão das alternativas ecológicas e econômicas. Trata-se de responder às indagações: quais são as potencialidades da biorregião e de que modo elas podem ser usadas sustentavelmente? Estas alternativas contribuem para a conservação da diversidade ecológica? Em torno de qualquer estratégia de planejamento há uma gama de conflitos. Isso não é diferente no planejamento biorregional, porque colocam em questão os usos da natureza e os interesses da conservação.

É evidente que o planejamento biorregional é um processo dialógico no qual diferentes sujeitos sociais buscam soluções tanto para os problemas ecológicos quanto para os problemas econômicos. Isto quer dizer que este planejamento deve apostar na capacidade de inovação das comunidades biorregionais, deve apostar também na descentralização das ações, embora a presença do Estado seja indispensável.

Cada biorregião tem um conjunto de problemas específicos, por isso, não há um receituário a se seguir. A maleabilidade aos contextos ecológicos e econômicos é imprescindível. A intenção deste item foi traçar as linhas gerais desta estratégia de planejamento. Quanto ao Plano DTBC do MSVP, muitas das estratégias aqui descritas se apresentam com mais ou menos frequência.

#### **4. O Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – MSVP**

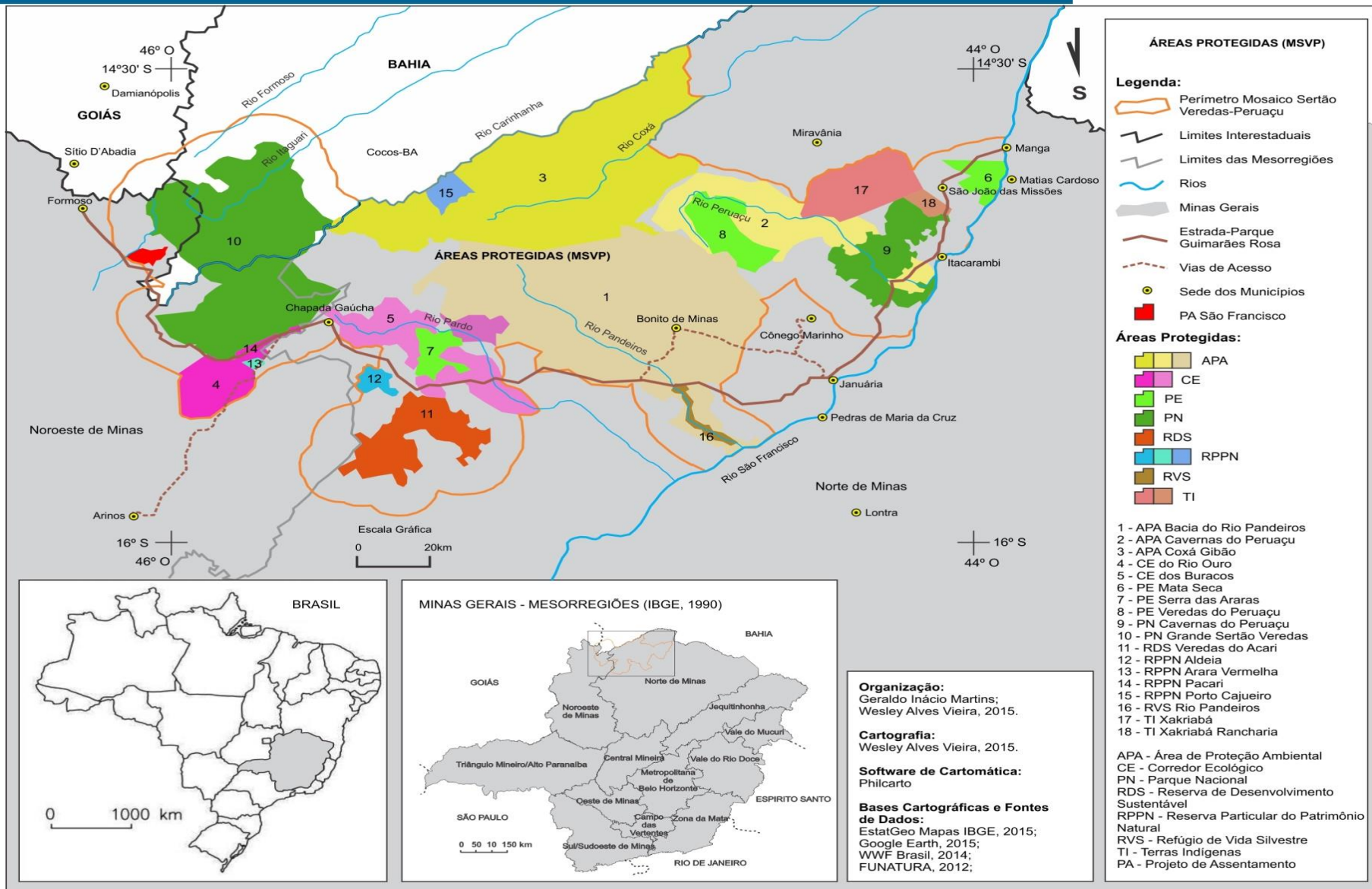
O fato de se reconhecer um mosaico na região do Grande Sertão Veredas (Norte/Noroeste de Minas Gerais e Sul da Bahia) é indicativo da importância ecológica da região. A diversidade paisagística é o principal destaque sobretudo como a presença da formação vegetal da Mata Seca, dos domínios da Caatinga e extensas áreas de Cerrado. Esta diversidade de ambientes e paisagens se revela também no número de UCs presentes na região, só o MSVP é constituído por 16 UCs (entre proteção integral e de uso sustentável), além de outras áreas protegidas como territórios quilombolas e terra indígena, conforme o Mapa 1.

Cada UC (conforme a sua categoria de manejo) representada no mapa 1 procura conservar importantes elementos da região do MSVP ou da região dos “Gerais”. Para Gervaise (1975), estes “podem ser considerados como uma forma extrema do domínio morfoclimático dos Cerrados (...). Eles podem ser estendidos, também, aos chapadões de arenito que margeiam o São Francisco (...)”. A fisionomia da paisagem se modifica conforme muda a natureza do solo. Além disso, nos “Gerais”<sup>3</sup> há uma forma singular por meio do qual as formas de relevo se associam, “cujo aspecto plano parece quase perfeito” (GERVAISE, 1975, p. 34). Os Gerais se situam, sobretudo na margem esquerda do rio São Francisco e se estendem por outros estados como Goiás e Bahia. A sua principal característica é a grande extensão de chapadas, com o relevo pouco elevado, com cobertura vegetal arbustiva e rasteira, tem na maioria dos lugares “solos arenosos” e secos formados por areias quartzosas. O principal, porém, dos Gerais, é que ele é entremeado por outras formações florestais: as Veredas, as Matas de Galerias e Varjões que acompanham um número relativo de rios e riachos, as encostas e as chapadas. Em outras palavras, os Gerais é, por si, um mosaico paisagístico diverso em sua unidade. Mais do que a predominância de um elemento e/ou a homogeneidade, prevalece à diversidade.

Os Gerais do Grande Sertão não representam apenas os fatores ambientais, mas se desdobram em outros territórios, simbólicos e funcionais, “espaço da diversidade infinita, espaço da ambiguidade, espaço do deslocamento, espaço do entrelaçamento” (JACINTO, 1998, p. 36). Conforme o Plano DTBC “no poligonal do MSVP” há grupos variados de comunidades tradicionais, entre elas, os geraizeiros, veredeiros, quilombolas e indígenas. Há na biorregião do MSVP pelos menos 37 comunidades, sendo que os municípios de Manga e Januária são compostos por 19 comunidades.

---

<sup>3</sup> “Gerais” é nome local atribuído às Chapadas situadas nos planos das regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, especificamente aqueles situados à margem esquerda do Rio São Francisco. Tem conotação histórica, pois se refere às terras destinadas à criação de gado à solta e para as práticas de extrativismo.



**MAPA 1:** Extensão territorial do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

Das muitas características destas comunidades, a mais singular refere-se à toponímia, que conjuga as características do mundo biofísico às características de ordem mais humana para dar nomes aos lugares. Assim, conforme a formação paisagística existe um conjunto de comunidades, tais como, Campo Redondo, Ilha do Retiro, Morrinhos, Ilha Valerinha, Lapinha, Ressaca, Tamboril, Buriti das Mulatas, Barro Vermelho, Água Viva, São Félix, Rio dos Bois, Vereda D'Anta e Prata, Costa Barbosa, Balaieiro, Ilha da Capivara, Brejo do Amparo, Gameleira, Posto do Cavalo, Cajueiro, Retiro dos Bois, Brejo de São Caetano, Ilha da Ingazeira, Justa, Pedra Preta, Puris, Riacho da Cruz, Bebedouro, Espinho, Malhadinha, Vila Primavera e Baixa Funda.

É a partir deste quadro ambiental e cultural que se desenha a proposta do reconhecimento do MSVP a partir de 2005. Aprovado por este Edital, o projeto do MSVP entrou em execução em 2006 e foi reconhecido oficialmente em 2009, por meio da Portaria do MMA de nº128, de 24 de abril. Este mosaico tem uma área total de 1.500.000 hectares. É formado por quatorze UCs administradas pelo Instituto Mineiro de Florestas – IEF e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Entre as quatorze UCs, há também quatro Reservas Particulares do Patrimônio Nacional - RPPNs sob a gestão de empresas e fazendeiros, três Áreas de Proteção Ambiental - APAs, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e cinco unidades de proteção integral. O território é constituído por onze municípios, 10 no estado de Minas Gerais e um no estado da Bahia.

## 5. PLANO DTBC e os eixos de desenvolvimento no MSVP

Apesar da inserção da categoria Mosaico de Áreas Protegidas como instrumento de gestão no SNUC em 2000, e a reafirmação desta categoria no Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, as ações destinadas para tal fim começaram a se delinear somente com o Edital 01/2005, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. Nesse sentido, tal Edital é um divisor de águas quando se trata do reconhecimento e financiamento dos mosaicos. É também divisor quando se trata do conceito de “desenvolvimento territorial de base conservacionista”.

O projeto apresentado pela Funatura ao FNMA/MA tinha como escopo básico dar continuidade e expandir os trabalhos já realizados na biorregião, como a parceria de cogestão com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas – PARNA GSV e o desenvolvimento sustentável de seu entorno, cursos de educação ambiental etc. A grande novidade deste projeto, indo contra inclusive algumas ações da Funatura na gestão do PARNA GSV, foi a proposta de aprofundamento das relações com as comunidades locais, buscando alternativas sustentáveis de desenvolvimento, com equilíbrio entre a conservação, agricultura camponesa e agronegócio.

O projeto apresentado ao Edital, como pré-requisito aos financiamentos do FNMA, tinha como justificativa “a existência de um grande número de Unidades de Conservação contíguas” e áreas prioritárias de conservação da biodiversidade (requisito básico para concorrer ao Edital); além de áreas adjacentes às UCs “em bom estado de conservação”. Outros elementos destacados como justificativas é o fato de a biorregião apresentar grandes atrativos turísticos, “tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista cultural”, o Plano DTBC destacou ainda as “atividades iniciadas relacionadas com o desenvolvimento em bases conservacionistas” e, sobretudo, “o bom entrosamento entre as várias instituições” parceiras na proposta (FUNATURA, 2005, p. 47).

Neste sentido, com perspectiva de aprovação do projeto e de reconhecimento do mosaico, as atividades desenvolvidas teriam a pretensão de:

a) gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; b) fortalecimento de parcerias já existentes e estabelecimento de novas; c) contribuição para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; fazendo com que o mosaico possa estar realmente integrado à estratégia nacional de conservação dos recursos naturais do país, em especial da biodiversidade brasileira; d) Plano de DTBC elaborado de forma participativa; e) comunidades mobilizadas e melhor organizadas; f) conselho do mosaico criado e em funcionamento, com regimento interno aprovado; g) projetos prioritários previstos no plano com suas implementações iniciadas. (FUNATURA 2005, p.49).

Apesar destas pré-condições do Edital, inclusive de orientação teórica, todo o processo de planejamento ficou ao encargo da instituição proponente do projeto de mosaico, no caso do MSVP, a Funatura. Aqui se expressa a primeira característica da estratégia do planejamento biorregional, a descentralização das atividades de planejamento. Embora o Estado esteja presente no financiamento, enfim, na viabilização das condições para que as propostas de desenvolvimento dos mosaicos aconteçam, a construção das propostas, as estratégias, os objetivos e a execução estão calcados na biorregião por meio das instituições nela presente.

Nesse sentido, todas as atividades desenvolvidas na construção do Plano DTBC tiveram como pressuposto básico “a participação da comunidade e no intuito de valorizar as opiniões, práticas e modos de vidas dos habitantes da região do Mosaico” (FUNATURA, 2008, p. 7). Para dar conta desta proposta, foi construída uma ampla metodologia de trabalho, envolvendo desde o levantamento de dados secundários, como identificação e levantamento de pesquisas realizadas tanto no que se refere às UCs do MSVP, como aqueles que se referem aos modos de vida sistemas econômicos, culturais, etc., como também análise de documentos fornecidos pelos parceiros envolvidos no projeto.

Este processo situa-se dentro daquilo que Pires et al.(2004) denominam de reconhecimento das condições ecológicas e econômicas da biorregião, isto é, a análise

situacional. Isto se exemplifica também nas extensas pesquisas de campo para conhecer a realidade de cada UC, buscando identificar os conflitos, a situação fundiária, a existência de planos de manejo e a situação das áreas de amortecimento, etc. Estas pesquisas de campo serviram de base também para conhecer “as comunidades, seus modos de vida, as formas de exploração dos recursos naturais dentre outros aspectos” (FUNATURA, 2008, p. 8). Podemos dizer que esta etapa de pesquisa teve como principal objetivo reconhecer as UCs e suas condições ambientais e de gestão e, evidentemente, as comunidades biorregionais. Etapa fundamental, sobretudo, na proposição de objetivos e estratégias de desenvolvimento para o futuro Plano DTBC.

Depois desta pesquisa de reconhecimento, outra pesquisa de campo foi realizada, mas esta mais focalizada, porque o seu objetivo foi o de realizar um conjunto de entrevistas com os gestores das UCs e líderes das comunidades. Com as entrevistas, a equipe de trabalho buscou “reconhecer as peculiaridades e práticas locais a partir de perguntas abertas e conversas informais”. Feito o tratamento das informações colhidas em campo, identificados os principais desafios, pôde-se, então, iniciar a quarta fase dos trabalhos, a realização das oficinas internas. Esse momento teve o objetivo de “socializar as informações entre os consultores (...), traçar estratégias para a elaboração do plano e sistematizar as colaborações das oficinas externas” (FUNATURA, 2008, p. 8).

O passo seguinte foi a composição dos Grupos de Trabalhos – GTs que foram formados pelos membros parceiros da Funatura na condução do projeto (entidades sociais, ONGs, sindicatos, etc.), além de representantes das comunidades e consultores técnicos. É preciso ter ciência da dimensão da proposta do reconhecimento do mosaico, que exigia conhecimento técnico, científico e organizacional, além de conhecimentos empíricos sobre a biorregião. A criação dos GTs teve como objetivo captar estes conhecimentos dos parceiros. Conhecimentos necessários para sustentar três grandes eixos de desenvolvimento propostos para o MSVP: a gestão integrada, o turismo ecocultural e o extrativismo vegetal sustentável. Cada eixo de desenvolvimento contou com uma equipe plural, isto é, buscou dar representatividade aos diversos setores da biorregião do MSVP, conforme o quadro 1.

No quadro 1, que resume os sujeitos envolvidos em cada eixo de trabalho do futuro Plano DTBC, esboçam-se os primeiros indícios da construção de um pacto em torno do MSVP. Além disso, é preciso considerar o caráter dialógico e plural destes GTs, que aliam o conhecimento técnico ao conhecimento das comunidades. A importância dos GTs não se resume a parte prática, a elaboração do Plano DTBC, mas, sobretudo por envolver e permitir a efetiva participação das comunidades biorregionais em todas as etapas do trabalho – surge aqui a ideia



embrionária do futuro Conselho Gestor do MSVP. Enquanto trabalho feito a muitas mãos, os GTs deram a complexidade e profundidade necessária ao Plano DTBC.

Ao observar as etapas descritas nas linhas precedentes, fica claro o empreendimento de preparação daquelas ações destinadas à elaboração do Plano DTBC do MSVP. Os trabalhos de campo e as entrevistas serviram de base para o diagnóstico situacional, isto é, permitiram que a equipe de trabalho chefiada pelos técnicos da Funatura conhecesse mais profundamente as condições em que se encontravam as UCs que formam o mosaico, bem como conhecer os modos de vida e as formas de reprodução das comunidades biorregionais. Deste diagnóstico situacional (ou socioambiental, tal como definidos nos documentos relativos ao Plano DTBC) permitiram algumas conclusões importantes.

Plano de trabalho	Grupo de trabalho	Instituições representantes
Plano DTBC do MSVP	Extrativismo sustentável	Prefeitura Municipal de São José das Missões; Curso de Geografia da Faculdade CEIVA; Moradora do Município de Brejo Amparo e Januária; FUNATURA; Coop. de Extrativistas do Cerrado; Coop. de Chapada Gaúcha; Coop. Grande Sertão; CoopSertão Veredas Associação Indígena do Xakriabá; Morador do PARNA CP; Câmara de Chapada Gaúcha; extrativistas; Bióloga e Agente da Associação de Agentes Ambientais do Peruaçu; Técnicos do IBAMA; produtores de doces a base de frutos do cerrado; Centro alternativo de Agricultura do Norte de Minas; Instituto Agrônomo e Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
	Turismo ecocultural de base comunitária	Estudantes da Faculdade Ceiva; FUNATURA; proprietários de Pousadas; Secretaria de Turismo das Prefeituras da área de abrangência do MSVP. SESC e SEBRAE.
	Gestão integrada	Associação Várzea Grande; IBAMA de Belo Horizonte; IEF de Januária; Biotrópicos; FUNATURA; Representante do PARNA GSV e CP e Associação dos Moradores do Município de Fabião I.

**QUADRO 1:** A composição dos Grupos de Trabalho do Plano DTBC. Fonte: Trabalhos de Campo, jul. de 2012; FUNATURA (2008).

A primeira delas é que embora a biorregião contasse com um número relevante de UCs de várias categorias de manejo – de uso sustentável e proteção integral – estas se encontravam em situação de vulnerabilidade. Isto é, a grande maioria não tinha planos de manejo e nem zoneamentos, nem tinha plano de combate a incêndio, programas de fiscalização e monitoramento; os processos de levantamento e regularização fundiária estavam estagnados. Isto demandava um conjunto de ações específicas no intuito de tornar as UCs operacionais do ponto de vista da gestão e, sobretudo na criação de instrumentos de gestão mais eficazes. Destas conclusões surgiu o primeiro eixo de desenvolvimento do mosaico: a gestão integrada.

Um segundo conjunto de conclusões refere-se à forma como as comunidades biorregionais reproduziam seus modos de vida e utilizam os recursos do Cerrado. Apesar das comunidades biorregionais utilizarem secularmente elementos do Cerrado (tais como frutos, folhas, madeiras e plantas medicinais) enquanto elemento básico do modo de vida, isto é, apesar

do extrativismo ser uma atividade essencial para as comunidades biorregionais, há um subaproveitamento deste potencial extrativista (SILVA, 2009). . Isto acontece, por um lado, dada a dificuldade destes produtos advindos do extrativismo adquirir espaço no mercado, e, por outro, devido ao abandono do extrativismo tradicional para explorar a produção de carvão vegetal, devido à expansão do agronegócio e das pastagens que diminuem os serviços ambientais do Cerrado etc. (DAYRELL, 1998); (SILVA, 2006). Há uma potencialidade de desenvolvimento no extrativismo que permite aliar a conservação e a geração de renda para as comunidades, portanto, é preciso potencializar este processo: surge daí o eixo de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis<sup>4</sup>.

Desse diagnóstico situacional chegou-se um terceiro conjunto de conclusões: as UCs da biorregião do MSVP conservam e preservam uma grande diversidade paisagística, desde extensas veredas, áreas com arranjos geológicos únicos, cavernas, rios e riachos de singular beleza; as comunidades do entorno destas UCs têm expressões culturais específicas, tais como o padrão culinário com o uso dos frutos do Cerrado, o arranjo arquitetônico das casas, enfim, há toda uma gramática social, cultural e histórica que dá densidade a estas comunidades. A junção destes dois elementos – as belezas naturais e as belezas culturais – pode potencializar um turismo típico, gerar trabalho e renda e contribuir para a conservação da natureza (HALLACK et al. 2006); (YRVING, 2009). Desta constatação, surgiu o terceiro eixo de desenvolvimento do MSVP – o turismo ecocultural de base comunitária (CAMPOS et. ali, 2015).

É a partir destes diagnósticos e da definição dos caminhos necessários para se chegar ao desenvolvimento em base conservacionista (como proposto no Edital do FNMA/MMA) que se iniciaram os trabalhos de elaboração do documento final do Plano DTBC. Este plano foi construído em mais cinco etapas. Na primeira, realizou-se a apresentação dos projetos às comunidades e aos interessados, além de contratar equipe técnica para gerenciar os trabalhos de planejamento. Na segunda etapa, realizou-se a atividade de reconhecimento da área de abrangência do MSVP, ou melhor, os trabalhos deram-se no sentido de reconhecer os limites da biorregião do mosaico. Para isto, foi necessária a elaboração do material cartográfico, aprofundamento do levantamento das condições socioeconômicas, além de pesquisas relativas ao turismo ecocultural de base comunitária e relativas às atividades de extrativismo vegetal, além do detalhamento das condições de cada UC pertencente ao MSVP. A terceira etapa de desenvolvimento do Plano DTBC ocorreu no intuito de sistematizar as pesquisas realizadas nas

---

<sup>4</sup> Um bom exemplo do uso das potencialidades do Cerrado para o extrativismo é o desenvolvido pela Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativista Sertão-Veredas – CoopSertão, com 100 cooperados e mais cerca de 100 extrativistas não cooperados, explora, processa e distribui produtos de origem vegetal extraídos do Cerrado.

etapas anteriores. Além disso, este foi o momento de adequação do material cartográfico e dos limites do MSVP.

A quarta etapa do trabalho teve como produto a primeira versão do Plano DTBC (esta primeira versão foi elaborada em uma oficina na cidade de Januária em novembro de 2007). Após a construção da versão preliminar, realizou-se uma oficina interna para debater as características dos eixos de desenvolvimento, apontar as fraquezas e contradições e encontrar soluções para os impasses que surgiram ao longo do processo. Vencidas estas etapas, os processos seguintes foram a elaboração da versão final do plano e, finalmente, no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas em 2009, divulgaram-no para o público em geral (FUNATURA, 2008).

O plano de desenvolvimento aprovado pela Funatura tem três características básicas. Primeiro, ele é um levantamento das condições em que se encontram as UCs, as relações destas com as comunidades biorregionais, isto é, buscou-se “um razoável conhecimento sobre o imenso território do mosaico e suas Unidades de Conservação” (FUNATURA/RCO, 2011, p. 11). Conhecendo a situação, a premissa básica do Plano DTBC é de que esta situação pode ser alterada por meio de uma efetiva participação das comunidades e da identificação “de alternativas para o desenvolvimento sustentável do território do mosaico” (FUNATURA/RCO, 2011, p. 11).

Subjaz a esta conclusão, a ideia do grande potencial de desenvolvimento com a conservação do Cerrado, que pode ser explorado de maneira sustentável por meio das práticas extrativistas. Além da importância biológica, quando se propõe o aproveitamento dos serviços ambientais do Cerrado, propõe-se também a valorização de elementos culturais típicos da biorregião. Isto porque estas atividades fazem parte das gramáticas sociais das comunidades biorregionais, como bem reconhece um dos relatórios da Funatura, quando observa que “praticar o aproveitamento de produtos do cerrado (...) não é algo tão distante da prática das populações do território do mosaico” (FUNATURA, 2008, p. 14).

Além do extrativismo, o Plano DTBC propõe outras atividades ligadas à conservação e ao uso sustentável, sobretudo aquelas ligadas ao turismo ecocultural de base comunitária. A aposta no turismo dá-se, porque este remete aos elementos da natureza e também da cultura em sua formação. Com isto, busca-se “atrair turistas interessados em comprar os serviços que permitam contemplar, conviver e usufruir, aprender e intercambiar com os patrimônios culturais e naturais” da biorregião do MSVP (FUNATURA, 2008, p. 31).

Aliado ao turismo ecocultural de base comunitária e extrativismo em bases sustentáveis, o terceiro foco do desenvolvimento do MSVP é a gestão integrada. O conceito de gestão integrada passa necessariamente pelo “aperfeiçoamento do funcionamento das Unidades de Conservação

existentes (...), a possibilidade da elaboração de políticas definidas de forma participativa (...) e a potencialização dos recursos (técnicos e humanos) entre unidades e instituições envolvidas” (FUNATURA, 2008, p. 40). A necessidade de uma política de gestão integrada deve-se, entre outros fatos, à vulnerabilidade das UCs da biorregião do MSVP.

As atividades propostas para este eixo de desenvolvimento visam, justamente, “aprimorar as iniciativas de fiscalização, monitoramento e implementação dos planos de manejo e pesquisas científicas”. Isto é, ações necessárias para o efetivo funcionamento de cada UC do mosaico. É preciso ponderar a indissociabilidade dos eixos de desenvolvimento. Apesar de a gestão integrada parecer um eixo à parte, na prática isto não se processa. Para que o extrativismo e o turismo ecocultural de base comunitária aconteçam, a boa qualidade da conservação ambiental é fundamental. Na medida em que UCs tornam-se efetivas, menor é o risco da derrubada do Cerrado para a produção de carvão, por exemplo, resguardando assim a possibilidade de extração de frutos, flores, sementes, etc. pelos extrativistas. Os exemplos da indissociabilidade podem ser multiplicados, mas, por ora, basta situar mais uma característica que nos permite afirmar que o Plano DTBC é uma estratégia de planejamento biorregional – a indissociabilidade entre conservação e desenvolvimento, entre o econômico e o ambiental.

A terceira característica do Plano DTBC é o pacto institucional construído em torno da proposta de desenvolvimento do MSVP. Por isso, entre as ações práticas previstas, além daquelas ligadas ao desenvolvimento em bases conservacionistas, uma das prioridades é a “formação de conselho consultivo formado por instituições francamente interessadas em um programa de gestão do território não só inovador, mais que ao mesmo tempo desafiasse a inteligência e a criatividade das comunidades que fazem parte do mosaico” (FUNATURA/RCO, 2011, p. 11). É a partir da estruturação de um Conselho que todas as ações previstas no Plano DTBC podem se efetivar. Um conselho ativo e que represente toda a comunidade biorregional.

## **6. A consolidação das estratégias de desenvolvimento**

É preciso considerar que os mosaicos são experiências recentes e, com isso, os critérios de avaliação ainda estão em construção. Um exemplo desse trabalho é o Protocolo de avaliação de efetividade e gestão dos Mosaicos de Áreas Protegidas desenvolvido por Gidsicki (2012) para o caso da Amazônia. O segundo exemplo importante são os parâmetros construídos por Costa e Herrmann (2015), especificamente, para as experiências dos Mosaicos reconhecidos a partir do SNUC que culminou no relatório Gestão Integrada de Áreas Protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos. Este aponta algumas conquistas e desafios importantes.

Conforme os autores, o relatório foi elaborado como o objetivo identificar e avaliar “avanços na articulação institucional, fortalecimento da identidade territorial, ordenamento e

desenvolvimento territorial”, bem como observar questões referentes à “valorização da sociodiversidade e conservação da biodiversidade”. Além dos fatores técnicos, a aplicação deste protocolo de avaliação busca compreender o papel dos mosaicos “na formação e no empoderamento das comunidades locais” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.9).

De forma geral, este relatório atesta a efetividade técnica do MSVP, sobretudo os eixos de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis e do turismo ecocultural de base comunitária, mas mostra também a fragilidade do eixo de gestão integrada. Tais conclusões foram possíveis a partir da comparação dos diferentes mosaicos reconhecidos a partir do Edital FNMA/MMA de 2005, por meio de aproximadamente 60 variáveis, como, por exemplo, as linhas focais ou os eixos de desenvolvimento, integração das áreas protegidas à gestão integrada, as políticas de governança, participação das comunidades, efetividade na conservação da biodiversidade etc. As conclusões do relatório indicam que enquanto estratégia e mecanismo de gestão territorial e conservação da natureza, o MSVP se consolidou (COSTA; HERRMANN, 2015.). Em outras palavras, enquanto mecanismo técnico de organização e gestão do território, as ações empreendidas pelo Conselho Consultivo por meio de projetos e metas do Plano DTBC podem ser avaliadas e mensuradas positivamente.

Apesar desta avaliação positiva, o relatório descreve questões que colocam as estratégias de gestão e desenvolvimento de base conservacionista em um limiar: avanço dos desmatamentos nas UCs, conflitos com as comunidades etc. A rigor, grande parte destes desafios não pode ser resolvida por meio das ações da gestão do mosaico, porque demanda políticas estruturais mais profundas e ações políticas e econômicas por parte do Estado.

A partir desta arquitetura metodológica, o relatório apresenta alguns pontos importantes. O primeiro deles refere-se à gestão. O MSVP dispõe de “ferramentas para promover a gestão integrada e participativa”, todavia, esta ainda não tem efetividade quando se observam os “mecanismos para lidar com a complexidade do ambiente e das instituições”. Concorre para tal processo, o aspecto mais formal do que prático do Conselho Consultivo, o tamanho da biorregião e a variedade das instituições. O curto tempo de atuação do Conselho, a partir de 2009, também concorre para esta efetividade parcial. Nesse sentido, “as questões apresentadas nas reuniões do Conselho são encaminhadas (...). Mas não existe um monitoramento ‘se’ e ‘como’ as questões estão sendo resolvidas” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.34).

Um segundo elemento crítico encontrado durante a avaliação da efetividade do mosaico refere-se à falta da “presença e os objetivos do Mosaico (...) em programas e políticas de desenvolvimento projetadas para o território” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.35). Em outras palavras, embora o MSVP seja um mecanismo territorial de conservação e desenvolvimento,

boa parte dos municípios da biorregião, exceto o de Chapada Gaúcha, desenvolve seus planos de desenvolvimento sem qualquer menção às estratégias de desenvolvimento propostas pelo Plano DTBC.

Isso acontece porque, geralmente, as propostas de desenvolvimento do MSVP não interessam aos gestores municipais. Esta falta de interesse, porém, é elucidativa de uma questão importante: o papel que se atribui às políticas que buscam integrar desenvolvimento e conservação. Aceitar e colocar em prática o desenvolvimento de base conservacionista significa ir contra interesses e interessados, sobretudo aqueles ligados ao agronegócio regional. A natureza, nas últimas décadas, se tornou o principal mecanismo de apropriação do capital no MSVP. Romper esta lógica requer uma mudança política e ideológica profunda.

Entre todos os indicadores do Relatório, aqueles ligados à gestão integrada são os que se encontram menos efetivos. Nesse sentido, “esse fato reflete um pouco a baixa efetividade dos mosaicos no fortalecimento das UCs”. O mosaico, as reuniões, a formação das equipes de trabalho acaba sendo vista “por alguns gestores como mais uma tarefa a ser executada na agenda já sobrecarregada pela falta de pessoal” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.36). Ao contrário do que acontece com a gestão integrada, que encontra dificuldades para se concretizar, as ações voltadas à proteção e à biodiversidade são mais efetivas. Isto se deve, entre outras coisas, “aos trabalhos desenvolvidos por uma instituição de pesquisa integrante do Conselho [Biotrópicos]” que tem contribuído para as pesquisas com o levantamento e catalogação de anfíbios e mamíferos.

No que se refere aos eixos de desenvolvimento “o incentivo ao extrativismo foi citado como estratégia fundamental para manter o Cerrado em pé”. Isto porque reduz a resistência das comunidades locais sobre a importância das UCs, além de agregar valor às estratégias produtivas, tal como ocorre na Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativista Sertão-Veredas – CoopSertão. O extrativismo mostrou-se efetivo enquanto estratégia de desenvolvimento porque revela “a preocupação com a qualidade de vida das comunidades, fomentando ações sustentáveis, [com isso] o Mosaico conquistou aliados para a causa da conservação” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41). A mesma efetividade é revelada quanto ao turismo ecocultural de base comunitária, embora com avanços pontuais, por exemplo, a elaboração de roteiros, a realização do Caminho do Sertão e Povos do Grande Sertão-Veredas, tem contribuído para fomentar a biorregião do MSVP como destino e produto turístico.

Em resumo, as análises do Relatório da WWF apresentam os seguintes desafios e avanços:

A percepção dos conselheiros é de que os avanços, ainda que pontuais, já são reconhecidos. No entanto, alguns conselheiros mostram-se preocupados com a continuidade, já que as ações em curso dependem de projetos específicos que,

uma vez encerrados, podem levar à desmobilização e à perda dos avanços obtidos (COSTA; HERRMANN, 2015, p.40).

Além disso,

(...) a oportunidade de agregar pessoas com poder de influir no território e de trazer recursos e projetos contribui para o sucesso do Mosaico. Também percebem que o modelo facilitou a articulação entre pessoas e instituições. Reconhecem o MSVP como espaço que agrega diversos setores para integrar ações e entidades, oferecendo possibilidades de mudança. A visão das comunidades em relação aos órgãos gestores também mudou: eram vistos como punidores e fiscalizadores, passando agentes de capacitação, geração de renda e troca (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41).

Apesar dos avanços, é preciso atentar-se aos desafios postos tanto financeiramente quanto ambientalmente. Segundo os conselheiros entrevistados para a elaboração do relatório “(...) é preciso garantir a sustentabilidade institucional e financeira para dar continuidade às ações e manter a articulação construída”. Mas, sobretudo criar medidas para integrar a conservação e as UCs efetivamente enquanto estratégias de desenvolvimento. Isto porque “o papel das unidades de conservação para a sociedade local também é frágil, mesmo entre os conselheiros do Mosaico, o que faz com que muitos não as reconheçam como a razão de ser do MSVP” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41).

No que se refere ao eixo de desenvolvimento turismo ecocultural de base comunitária, os resultados são menos palpáveis e tem ações amplas desde a construção de roteiros turísticos até a montagem de uma rede comunitária de hospedagem (MORAES, 2017). Conforme Moraes et al.(2017, p.25) “o turismo é trabalhado em uma linha conservacionista de áreas naturais protegidas. Reconhecendo a importância de se atentar para os impactos advindos da visitação turística nas comunidades moradoras no entorno de unidades de conservação [...]”.

Entre as atividades desenvolvidas para fortalecer o turismo na biorregião e implementar as estratégias de planejamento do DTBC, destaca-se o “Caminho do Sertão – de Sagarana ao Grande Sertão: Veredas”, circuito turístico que busca conhecer as paisagens físicas (acidentes geográficos como exemplo, o Vão dos Buracos, local formado a partir da erosão superficial) e humanas (comunidades camponesas; vilas e lugarejos) da biorregião, além do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Outras iniciativas, tal como a “Viagem pelo Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: reconhecimento dos roteiros turísticos pelas comunidades de base”, realizado pelas pessoas vinculadas ao turismo comunitário nos municípios integrantes do MSVP, é outra estratégia para operacionalizar os roteiros elaborados juntamente com as comunidades.

O turismo em Unidades de Conservação é uma prática recorrente e é utilizado como uma das principais ferramentas para diminuir os efeitos negativos da falta de investimentos públicos na conservação ambiental (LABRUNA, 2015). Em outras palavras, os fundos

advindos da atividade turística contribuem para as atividades de monitoramento, fiscalização e implementação dos Planos de Manejo. No que se refere à proposta de integração entre os mosaicos e atividades turísticas as experiências são escassas (CARDORSO, 2008). Isto porque nos mosaicos o turismo é visto como uma alternativa de desenvolvimento, cuja intenção é a geração de renda às comunidades, serviços e produtos sustentáveis (BURKOWSKI; VILAS BOAS, 2013). No caso do MSVP as pretensões são mais amplas porque visa integrar o turismo ecocultural de base comunitária “às questões agrárias, normativas e de direitos de povos e comunidades tradicionais, envolvendo comunidades, prefeituras e ONGs [...]” (MORAES at. al.2017, p.26).

O reconhecimento do MSVP e a aprovação do seu Plano DTBC em 2009, e mesmo a retirada das estratégias de planejamento do papel, introduziu na biorregião um conjunto de novos sujeitos sociais, o destaque, evidentemente, volta-se para as ONGs. Estes novos sujeitos complexificam as relações sociais, as relações de poder, etc., enfim, engendra novas dinâmicas tanto para a conservação da natureza quanto ao espaço geográfico que lhe acolhe. Estes novos sujeitos tendem a comandar os processos decisórios e comandam no ideal de representar toda a “comunidade biorregional”.

Sob esse ângulo encontramos o primeiro limite do Plano DTBC, o primeiro limite dos planos e projetos de desenvolvimento conduzidos pelas ONGs. A capacidade de intervenção das ONGs e das ações por elas conduzidas não são ações estruturais, que buscam modificar o modo de sociedade vigente. No caso do Plano DTBC, as ações não buscam alterar as dinâmicas de degradação do ambiente, buscam apenas encontrar medidas mais “sustentáveis” para tal modelo expropriativo.

O planejamento é, sem sombra de dúvidas, um instrumento necessário aos muitos usos e apropriação da natureza. Acontece que o Plano DTBC é um modelo de planejamento parcial, embora, discursivamente, as diretrizes teóricas adotadas neguem isso. Embora o aproveitamento sustentável da biodiversidade do Cerrado por meio do extrativismo signifique ativar a memória e os saberes bioculturais das comunidades camponesas e criar estratégias para integrá-las às estratégias de desenvolvimento, todo este trabalho é parcialmente inócuo diante de um quadro expropriativo maior, como aquele imposto por meio do agronegócio.

O movimento empreendido no seio do Plano DTBC conseguiu resgatar uma questão importante, chamar a atenção para o fato de que há problemas concretos na biorregião do MSVP, que tais problemas precisam de políticas de planejamento e desenvolvimento. Mas, este movimento não foi acompanhado pela ação concreta do Estado, ações que permitissem tanto a execução das metas do Plano DTBC quanto na mediação dos conflitos



socioambientais<sup>5</sup>. A falta, o vazio da ação do Estado é sintomático, pois é justamente nestes lugares que as ONGs locais em parceria com a Funatura encontraram o terreno de ação. Não há qualquer problema na ação das ONGs, o problema está no isolamento destas ações.

Parece que as ações empreendidas no âmbito do Plano DTBC, no âmbito do Conselho Consultivo são isoladas dos demais processos políticos e econômicos desenvolvidos na biorregião. Este isolamento pode ser notado inclusive na “Avaliação de Efetividade de Mosaicos de Unidades de Conservação”, elaborada pela WWF. Alguns indicadores apresentados foram considerados não efetivos, como, por exemplo, a atuação do Conselho nos processos de licenciamento ambiental da biorregião, na alocação dos recursos advindos de compensação ambiental e se os objetivos do mosaico são considerados em programas e políticas de desenvolvimento para biorregião.

Isto pode ser explicado se considerarmos alguns problemas fundamentais do Plano DTBC. Ele não dialoga com outras formas de planejamento: zoneamentos, planos diretores, etc. Concorre para aprofundar este quadro, a divisão política da biorregião, embora haja uma unidade ambiental, histórica e cultural, não há uma unidade política, e o Plano DTBC, seja por meio do Conselho ou pelos eixos de desenvolvimento, não consegue construir esta unidade. Maciel (2007), por exemplo, ao defender a ideia de um arranjo institucional como base essencial para consolidação das políticas dos mosaicos, destaca que tal arranjo é necessário para compatibilizar as diferentes ferramentas de gestão territorial. Para tal autor, “não são os planos de manejo, zoneamentos territoriais e outras ferramentas, que se adaptam ao sistema de gestão do mosaico, mas a gestão do mosaico que deve se adaptar à realidade já existente” (MACIEL, 2007, p. 123).

Em outras palavras, a gestão e o planejamento dos mosaicos não devem ocorrer de forma isolada e setORIZADA. É preciso criar um ambiente de encadeamento das diversas formas de ordenamento e gestão do território. Esta não é a característica do Plano DTBC. Nele somente as UCs ganham relevância, mas outros mecanismos, por exemplo, Planos Diretores das Cidades, os Comitês de Bacias Hidrográficas, etc., não são nem mencionados. Isto revela mais uma vez a parcialidade deste plano de desenvolvimento, e coloca em evidência os seus limites. Esta é, aliás, a função do Conselho Consultivo, mesmo que não esteja no escopo inicial, é preciso assegurar a integração do Plano DTBC a outros mecanismos de ordenamento e desenvolvimento da biorregião.

---

<sup>5</sup> Um bom exemplo disso é a intermitência dos financiamentos públicos para o financiamento das ações e projetos propostos. Após o fim dos R\$ 4 milhões iniciais do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica e sem nenhuma outra fonte alternativa de financiamento, os projetos do turismo ecocultural de base comunitária e extrativismo sustentável tem dificuldades para continuar as ações.

Revisar e atualizar as estratégias de ação é também um princípio subjacente ao planejamento biorregional. É preciso considerar que novos rumos devem ser traçados, erros corrigidos, enfim, planejar é fazer escolhas, mas tais escolhas mudam conforme a dinâmica da sociedade. O MSVP enquanto instrumento de planejamento e gestão territorial não deve ficar aquém do Estatuto das Cidades (e das cidades), da Gestão das Bacias Hidrográficas (e da Política Nacional de Recursos Hídricos), dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos, etc. Como os mosaicos em geral carecem de uma estrutura legislativa que sustentem as suas ações, apoiar nos mecanismos legislativos de planejamento existentes é abrir novos horizontes de ação.

Para concluir, é preciso dizer que um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não vai de encontro com a ideia de consenso, mas com aquela de conflito. Um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não é apenas a busca para se inserir nos projetos das coisas vigentes, mas sim a busca de formas para alterar tal projeto. Um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não vê a sociedade e natureza como coisas estanques, mas como socionatureza. Enfim, o desenvolvimento para que se faça em base conservacionista precisa compreender a totalidade das coisas que existem, e depois operar uma transformação estrutural. E para tal, é preciso compreender que a sociedade é formada por homens concretos, que são operários ou industriais, camponeses ou latifundiários, administradores e administrados, etc. É na teia destas relações que se encontram as possibilidades de transformação, da produção de outra socionatureza. Isto, porém, escapa em muitos sentidos as pretensões do Plano DTBC.

## 7. Considerações finais

Analistas, tanto de políticas ambientais quanto das estratégias de conservação, há muito apontam que é preciso pensar a escala dos processos biológicos, e que espaços de conservação envoltos ou ilhados de processos degradativos podem não atingir os objetivos para os quais foram criados. Em outros termos, é preciso pensar o encadeamento dos processos ecológicos, a conexão entre os espaços de conservação com aqueles não destinados a este fim, ou seja, contextualizar a conservação dentro de um quadro geográfico e histórico. Os mosaicos surgem como uma iniciativa germinal nesse sentido, tanto no sentido de pensar a conciliação entre o uso humano e manutenção da biodiversidade, combinando estratégias de gestão e planejamento sem desconsiderar a realidade local.

A lógica integradora dos mosaicos permite outro olhar sobre a conservação, no lugar de UCs perdidas no mar de degradação, tem-se uma área mais ampla para se pensar estratégias de proteção à biodiversidade. No lugar de políticas setoriais, desenvolvimento por um lado e

conservação para o outro, tem-se a possibilidade de pensar o espaço geográfico enquanto totalidade, o mesmo vale para ações que sobre ele incidem.

Empiricizar os processos descritos é o desafio que se coloca aos Planos DTBC, sobretudo, do MSVP exemplo empírico aqui retratado. Ao longo deste texto defendemos a ideia de que o Plano DTBC do MSVP remete às estratégias de planejamento biorregional. Isso se baseou sobretudo na análise dos objetivos deste Plano, as metodologias adotadas em sua construção e, sobretudo no objetivo de aliar conservação da natureza como estratégias de desenvolvimento. A intenção destas estratégias é promover o desenvolvimento de base conservacionista, ou seja, utilizar aqueles produtos e serviços advindos da conservação da natureza como indutores de práticas alternativas de desenvolvimento.

No entanto, este ideal do MSVP, exemplificado no Plano DTBC, não se concretiza em sua totalidade. E algumas questões explicam este processo. Ao longo do texto apontamos a impossibilidade das ONGs conduzirem um projeto de desenvolvimento que promova mudanças substanciais. Daí advém à conclusão: mesmo quando se afirma a “fragilidade” do Estado, mesmo quando se afirma que é cada vez menos necessária a vida cotidiana, somente o Estado agindo política e economicamente pode viabilizar projetos de desenvolvimento que permitam uma participação em sentido substantivo, abarcando múltiplas escalas.

Evidentemente que ao propormos estratégias de planejamento mais descentralizadas e contextualizadas, como as do planejamento biorregional, não estávamos negando o papel ativo do Estado neste processo. Até porque para que este processo se concretize é preciso a ação eficaz do Estado. A relação entre o Estado e planejamento biorregional não é de oposição, mas complementariedade.

Diga-se, de passagem, que ao sugerirmos as ações do Estado como essencial, também não estamos negando o papel da sociedade civil organizada. Na realidade, não acreditamos nesta separação grosseira, Estado de um lado e sociedade civil de outro, mas sim que ambos são essenciais para se pensar novos processos sociais mais justos ambiental e economicamente. É preciso que a sociedade civil se empodere das políticas de Estado para engendrar os processos de transformação, mas este empoderamento não significa anulação da outra parte, ao contrário, os objetivos e as ações devem se complementar. Esta é, sem sombra de dúvidas, por ora, a mais utópica das esperanças.

## Referências

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza – SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BONNIN, Marie; VELUT, Sébastien. La contribución del concepto de Reserva de la Biosfera al desarrollo sustentable: un enfoque comparado Francia-Chile. In: Desarrollo Sustentable, Gobernanza y Derecho: Jornadas de Derecho Ambiental, IV, 2008. **Anais...** Santiago-Chile, 2008. p.1-23. Disponível em: << <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00432202/en/>>>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

BCBFAP- Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas. A construção da cooperação. **BCBFAP**, Brasília, Edição especial, nº. 9, p. 1-8, abr./mai., 2010.

BURKOWSKI, R.; VILAS BOAS, A. A.. Ecoturismo no sertão de minas gerais: o papel do conselho consultivo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – Territórios em movimento: caminhos e descaminhos da Gestão Social e Ambiental, VII. 2013. **Anais...** Belém/PA. Universidade da Amazônia, 2013. 1 CD ROM. p. 1-16.

CAMPOS, D.; CASTRO, J. F. de.; RODRIGUES, G. B. Construindo Roteiros Turísticos de Forma Participativa: Desafios no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. In: II Encontro Nacional da Rede TURISOL. **Anais...** Brasília/DF, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília; Projeto Bagagem, 2015. CD ROM. p. 1-20.

CARDOSO, T. M.; MOURA, S. de; SARCINELLI, O.; ILLENSEER, R.; KURIHARA, L. Pereira. “Territórios da sustentabilidade”: mosaicos de áreas protegidas como ferramenta de gestão e desenvolvimento territorial na Amazônia brasileira. In: Colóquio Internacional Sobre Poder Local: Gestão Social e Desenvolvimento de Territórios, XXI, 2009. **Anais...** Salvador/BA, UFBA/Escola de Administração/ Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2009. 1 CD ROM. p. 1-18.

CEDILLO, Rosa Vásquez. **Análisis de los procesos participativos y colaborativos desarrollados en el Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, Brasil, para lograr su reconocimiento como Bosque Modelo.** 75 f. Tese (Máster en Práctica del Desarrollo)-Centro Agronómico Tropical de Investigación Y Enseñanza Escuela de Posgrado, Turrialba, Costa Rica, 2013.

COSTA, C.; HERRMANN, G. **Gestão integrada de áreas protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos.** Brasília-DF, WWF – Brasil, 2015.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: A Contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos Estudos dos Agroecossistemas Tradicionais.** 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Universidade Internacional de Andalucía, Montes Claros, 1998.

DELELIS, Caroline Jeanne; REHDER, Tatiana; CARDOSO, Thiago Mota; **Mosaicos de áreas protegidas:** reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA; Embaixada da França No Brasil – CDS; UnB, 2010.

FERREIRA, I. M. **Bioma Cerrado:** caracterização do subsistema de vereda. EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional, IX. Porto Nacional, julho de 2005.

GERVAISE, Y. **A transformação agrária do nordeste meridional** (Norte de Minas). Publicação especial 1. Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, 1975.

GIDSICKI, Daniele. **Protocolo de avaliação de efetividade gestão de Mosaico de Áreas Protegidas**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, AM, 2012.

GOHN, M. DA G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4a. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2011. v. 32.

GONÇALVES, Gilberto Lamoglia. **Modelos de gestão participativa para Unidades de Conservação federais de uso indireto: o caso do Parque Nacional da Tijuca**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências/UFF, Niterói- RJ, 2000.

GUIMARÃES, Roberto P. **Fundamentos territoriales y biorregionales de la planificación**. Santiago/Chile: CEPAL/ONU, 2001.

FUNATURA. **Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu**. Brasília: Funatura, 2005.

FUNATURA. **Relatório de cumprimento do objeto parcial – RCO: Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu MMA/FNMA – 106/2005**. Funatura, 2001.

FUNATURA. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista**. Brasília: Funatura, 2008.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Revista AmbientalMentesustentable**, Galicia, ano VI, V1, nº.11-12, p.7-25, 2006.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 108-121.

JACINTO, A. B. M. **Afluentes da memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia e Ciências Humanas, Campinas/UNICAMP, 1998.

LABRUNA, Márcio Bahia. **Governança Regional em Áreas Protegidas: ecofronteiras e turismo no planejamento territorial do Mosaico Bocaina SP/RJ**. 382 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH- USP, São Paulo, 2015.

LIMA, Nilo. **Conservação no cerrado, território e política pública – Mosaico Sertão Veredas Peruaçu**. 2008. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

MACIEL, B. A. **Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/UNB, Brasília, 2007.

MILLER, K.R. **Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional**. Brasília: IBAMA, 1997.

MMA/FNMA (2005) Edital nº. 01/2005. **Mosaicos de Áreas Protegidas**: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista. MMA/ FNMA: Brasília, 2005.

MORAES, Edilaine Albertino de; MENDONÇA, Teresa Cristina De Miranda; PINHEIRO, Carolina Vasconcelos. Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo caminho das Gerais. **CULTUR**, n. 1, ano 11, p. 6-34, fev. 2017.

PEREIRA, D.R.; LOUREIRO, C. F. B. A gestão integrada dos mosaicos de áreas protegidas como ferramenta para o desenvolvimento da cultura da participação social e da sustentabilidade local. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, X, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14\\_0031\\_12.pdf](http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0031_12.pdf). Acesso em: 13 fev. 2014.

PIRES, J. S. R.; SANTOS, J.E.; PIRES, A. M.Z. Gestão biorregional: uma abordagem conceitual para o planejamento de paisagens. In: PIRES, J. S. R.; CAVALHEIRO, F.; OLIVEIRA, C. H. (orgs.). **Faces da polissemia da paisagem**: ecologia, planejamento e percepção. São Carlos: RiMa, 2004. p.23-34.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **Os cerrados e a sustentabilidade**: territorialidades em tensão. 2006. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) - PPOTA/UFF, Niterói-RJ, 2006.

SANTO, Cesar Victor do Espírito. **Construção e Execução do Plano de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu**. ACADEBIO: Ago.de 2012. Disponível em: << [www.redemosaicos.com.br/arquivos\\_dados/arq.../mmedia-id-62.pdf](http://www.redemosaicos.com.br/arquivos_dados/arq.../mmedia-id-62.pdf)>>. Acesso em: jan. de 2015.

SARAIVA, Vânia Marquez. **Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação**: da proposta do Mosaico Grande Sertão Veredas – Peruaçu. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão Ambiental) UnB / CDS, Brasília, 2008.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAMBELLINI, Manuela. **Mosaico como modelo de gestão de áreas protegidas**: análise conceitual e processos de implantação. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, UFF, Niterói- RJ, 2007.

TOLEDO, V. M. ¿áreas naturales protegidas o estrategia bioregional? **Gaceta Ecológica**, México, nº 77, p. 67-83, out./dez., 2005.